

“Lugares de memória” ou a memória para os lugares: o guia dos lugares de repressão e de luta contra a ditadura militar em Belo Horizonte/MG

Adebal de Andrade Júnior¹ e Carolina Dellamore²

Resumen

A proposta desse artigo é discutir como os discursos das agências de Estado ao atribuírem uma memória da repressão e resistência à ditadura militar brasileira ocorrida entre 1964 e 1985 são recepcionados por aqueles que hoje vivem suas experiências pessoais e coletivas nesses espaços. A hipótese explorada no estudo é que ao conferir certa memória a um lugar ela pode não encontrar ressonância nos sujeitos que se relacionam com o espaço. Para realizar nosso trabalho analisamos o projeto desenvolvido pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur) que resultou em um guia identificando lugares da cidade como pontos de referência para a memória da repressão e resistência à ditadura militar, refletindo como esse novo significado relacionado a esses espaços são compreendidos pelos seus usuários.

¹ Doutorando em Antropologia Cultural pelo IFCS/UFRJ, bolsista CAPES. Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas e graduado em História pela PUC Minas. Email: adebaldeandrade@gmail.com.

² Doutoranda em História pela UFMG, bolsista FAPEMIG. Mestre em Memória Social pela UNIRIO e graduada em História pela PUC Minas. Email: carolinadellamore@yahoo.com.br.

“Lugares de memória” ou a memória para os lugares: o guia dos lugares de repressão e de luta contra a ditadura militar em Belo Horizonte/MG

Refletir sobre as ditaduras militares no Cone Sul nos coloca diante da questão acerca de como esse período é lembrado e, como determinadas memórias encontram espaço na cena pública, em comemorações, rituais, monumentos, arquivos, sites, museus e memoriais; ou seja, em lugares de memória, enquanto outras são silenciadas e até mesmo esquecidas, bem como sobre o papel do estado na constituição desses lugares. Diante disso, a proposta desse artigo é discutir como os discursos das agências de Estado ao atribuírem uma memória da repressão e resistência à ditadura militar brasileira ocorrida entre 1964 e 1985 são recepcionados por aqueles que hoje vivem suas experiências pessoais e coletivas nesses espaços.

Para isso, vamos analisar o Guia “Memórias de resistência – Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964-1985, em Belo Horizonte”, produzido pela Belotur, Empresa de Turismo de Belo Horizonte, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte/MG que coordena a política pública de turismo no município. O guia foi lançado em 2014, em função do aniversário dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, como forma de marcar a data a partir do mapeamento de alguns lugares da cidade considerados de resistência e outros de repressão.

Vale dizer que em 2014, no Brasil, o debate acerca dos 50 anos do golpe civil-militar seguido da instalação de uma ditadura que durou 21 anos, mobilizou muitas memórias. Novas pesquisas acadêmicas foram apresentadas em seminários nas universidades, muitos livros frutos de pesquisa ou ainda de memórias e autobiográficos foram lançados. Ex-militantes de organizações de esquerda se pronunciaram, organizações de direitos humanos, familiares de mortos e desaparecidos continuaram e continuam cobrando do Estado brasileiro um posicionamento mais efetivo acerca dessa questão. Outros a manifestarem-se foram políticos de direita, militares reformados e pessoas comuns, algumas que viveram o período da ditadura e outras mais jovens que não viveram naquele tempo. Assistimos ainda, a manifestações de uma parcela, mesmo que pequena, da população pedindo intervenção militar e a volta da ditadura no Brasil. Em tempos como este, tornam-se ainda mais importantes iniciativas de publicização das memórias acerca do período da ditadura, principalmente no que tange às violações de direitos humanos, torturas, mortes, desaparecimentos, censura e falta de liberdade.

O trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a divulgação de seu relatório final, em dezembro de 2014, também colocou lenha nessa “fogueira” da memória, basta fazer uma rápida leitura dos comentários de internautas na página da CNV para perceber que não há um consenso sobre o significado da ditadura para a sociedade brasileira, pelo contrário, o conflito é uma das marcas mais evidentes quando tratamos do tema da memória da ditadura.

Datas “redondas” ou emblemáticas como essa, em que se comemoram os 50 anos do golpe, são entendidas aqui como lugares de memória, a partir da acepção de Pierre Nora (1993: 13) quando afirma que “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” e por isso, é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, entre outras formas de ativar a memória. E é nesse exercício de ativar a memória da ditadura que se abre caminho para que as disputas acerca do que lembrar, como lembrar e que esquecer e silenciar encontrem espaço na cena pública. Pois, conforme Elizabeth Jelin (2002: 1), na medida em que existem diferentes interpretações sociais do passado, as

datas públicas convertem-se em objeto de disputas e conflitos, fato que também ocorre em relação aos espaços que trazem marcas memoriais da ditadura militar.

Em Belo Horizonte/MG, algumas iniciativas de (re)memoração foram empreendidas: seminários em universidades, mostras de filmes, debates, lançamentos de livros, exposições e, ainda, o reconhecimento do antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), símbolo da resistência estudantil à ditadura, no bairro Santo Antônio, como patrimônio cultural de Belo Horizonte. Além da elaboração do Guia “Memórias de resistência – Lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964-1985, em Belo Horizonte” que iremos analisar.

Para entender as escolhas feitas para a produção do guia, definimos como metodologia de trabalho visitar os lugares apresentados. Primeiramente, fomos à Central de informações turísticas de Belo Horizonte, na região central da cidade. A ideia inicial foi saber como pessoas que queriam ter acesso ao material e, até mesmo, ir aos locais indicados no guia seriam recebidas nesse posto de informação. O atendimento foi bom, apesar de não terem o material para distribuição no local. Contudo, como ele está disponível na página da Prefeitura para *download* tínhamos a possibilidade de utilizar o guia e localizar os lugares indicados pelo *smartphone* via internet.

Fomos também à sede da Belotur, onde visitamos a biblioteca e foi possível visualizar o material físico, para daí definirmos um roteiro para visitação. Conseguimos falar com os idealizadores do projeto que nos forneceram informa es sobre seu processo de produ o. Eles nos explicaram que o Guia “Memórias de Resistência” foi inspirado no material “Recife lugar de memória”, um “guia turístico para visitar locais de memória no Recife” (2012). O guia de Recife   mais abrangente, contendo quatro roteiros, ou rotas como são identificadas na publica o: a Rota verde, rota do a ugar; a Rota azul, dos holandeses; a Rota amarela, das revolu es de 1817 e 1824; e, por fim, a Rota vermelha, relativa ao período da ditadura militar, parte na qual os idealizadores do guia de Belo Horizonte se inspiraram.

O objetivo do Guia “Memórias de Resistência”, ainda segundo seus idealizadores, foi mostrar a localiza o de espaços que foram palco de episódios relativos   ditadura militar e, assim, estimular a memória, mas não constituir um guia de visita o. Entretanto, o texto intitulado “Lugares de memória” explica que “Relembrar fatos e locais da repressão   importante não são para a memória e para a pesquisa histórica, mas também como registro indispensável   difusão da evolu o política. E, ainda, como potenciais roteiros de interesse turístico” (Guia, 2014: s/p). Nesse sentido, ainda que para os idealizadores, o objetivo do material não era ser um guia de visita o, o papel da Belotur, como eles disseram,   pensar roteiros turísticos para a cidade; portanto,   fácil identificar o guia como mais um roteiro turístico, figurando no site da empresa ao lado de roteiros tradicionais de visita o às igrejas da capital, ao conjunto arquitet nico da Pampulha, aos museus, dentre outros espaços.

A proposta do guia foi demarcar espaços da cidade. Para a escolha dos locais que constariam nele foram realizadas reuniões com dois representantes da Comissão Estadual da Verdade em Minas Gerais. Ou seja, a demarca o dos espaços foi feita por um grupo pequeno de pessoas, sem a participa o da comunidade. Não estamos aqui desconsiderando a importância dos chamados “empreendedores de memória”, sujeitos ativos em um cenário político do presente, que acionam e ligam o passado; ao render homenagens às vítimas e, o futuro; ao transmitir mensagens às novas gera es (Jelin, 2003: p.4). O que estamos querendo problematizar  : esses espaços são da comunidade ou para a comunidade? E, conforme a escolha, de uma ou outra possibilidade, as leituras que se apresentam acerca desses lugares serão diferenciadas. Ou seja, se não houve um debate anterior com a comunidade na escolha dos lugares a serem demarcados, como fazer com que eles tenham “ressonância” junto a seu público?

O termo “ressonância” é empregado aqui como Gonçalves (2007) utilizou para analisar como os indivíduos se relacionam com os patrimônios. Isto é, o que estamos perguntando é se os lugares listados no guia conseguem ultrapassar suas fronteiras atuais – usos e ocupações – e serem capazes de evocar naquele que o observa o contexto cultural e/ou histórico do qual ele emergiu e do qual ele é, para o observador, o representante.

De toda forma, vale destacar que a marcação de espaços não é uma iniciativa isolada, isso tem sido feito nos últimos anos em várias partes do mundo, num movimento mais amplo que procura demarcar espaços que falam da dor, do sofrimento, da violação dos direitos humanos e da violência de estado. Contudo, na maior parte das vezes a ênfase recai sobre os lugares de repressão e não nos de resistência como é o caso desse guia. Na Argentina, por exemplo, esses mapeamentos buscaram divulgar o mais amplamente possível os centros clandestinos de detenção e tortura.

O guia analisado por nós tem quarenta páginas contendo fotos e textos. Foram produzidos cerca de mil exemplares, sendo também disponibilizado, no site da Belotur, para *download*. Está dividido em três partes: na primeira, há uma lista dos mineiros mortos e desaparecidos durante a ditadura militar, totalizando cinquenta e oito nomes; uma dedicatória, onde lê-se: “Este Guia é dedicado aos estudantes e militantes mineiros que deram sua juventude e sua vida em defesa da democracia no Brasil”. E, ocupando duas páginas seguintes está a foto do “Monumento aos militantes mineiros mortos e desaparecidos pela ditadura”, onde também foram listados os nomes dos mesmos. E, por fim, um breve texto intitulado “Lugares de Memória”.

Na segunda parte, intitulada “Locais de repressão e resistência”, estão os lugares mapeados. Sendo que, na parte superior das páginas, há sempre uma foto do lugar, seu endereço, seguido de um breve texto falando sobre ele. Os primeiros sete lugares de memória apresentados no guia são os que fazem referência à repressão: o antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Edifício Acaiaca, o Quartel do 12º Regimento de Infantaria, o Pandiá Calógeras – Escola Estadual, Dan Mitrone/Cia – Rua no bairro das Indústrias, a Delegacia de Roubos e Furtos e Centros Clandestinos de Triagem. Os demais são os chamados lugares de resistência, dentre eles estão: Teatro Marília/Galeria Guignard/Stage Door, Teatro da AMI e da Imprensa Oficial, Igreja São Francisco das Chagas, Universidade Federal de Minas Gerais, Fafich – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Faculdade de Medicina da UFMG, Faculdade de Direito da UFMG, Diretório Central dos Estudantes da UFMG e UEE (União Estadual dos Estudantes), Helena Greco e a anistia, Praça da Rodoviária, Casa do Jornalista/Sindicato dos Jornalistas, O Binômio/Em Tempo/De Fato/Jornal Movimento, Edifício Maletta, Colégio Estadual Central, Convento dos Frades Dominicanos, Aldeia Global, Secretaria de Saúde, Praça Sete/Igreja São José, Sindicato dos Médicos.

Já a terceira parte é constituída pela “Cronologia de um golpe” onde são apresentadas algumas datas e o resumo de acontecimentos que resultaram no golpe civil-militar de 1964; “Os números da ditadura” no Brasil e “referências bibliográficas”.

O lançamento do guia e a primeira parte da sua distribuição ocorreram no mesmo dia da realização do reconhecimento do antigo prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich), pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. O prédio localizado na rua Carangola, no bairro Santo Antônio, foi importante local de resistência dos estudantes da UFMG e por sua história foi escolhido para abrigar o Memorial da Anistia Política no Brasil³. O restante da distribuição do guia foi feito em escolas municipais, bibliotecas e centros culturais.

³ O Memorial da Anistia Política no Brasil, foi criado pela Portaria Nº 858, no dia 13 de maio de 2008, pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro. Para receber o memorial o prédio da antiga Fafich está passando por

Para construção do material, partiram da premissa que “não era possível criminalizar prédios”, conforme afirmaram os idealizadores do projeto. Também fizeram uma escolha de não citar nomes no guia, nem de vítimas e nem de pessoas que atuaram nos órgãos de repressão, com duas exceções, Helena Greco e Dan Mitrione.

Nossa hipótese para essas duas exceções é que no caso de Helena Greco, ela se notabilizou na cidade por se engajar na luta pela anistia e, lembrar o seu nome no material não traria “incômodos”, tendo em vista que ela não foi militante de nenhuma organização clandestina de esquerda e nem atuou na luta armada, cuja memória ainda hoje produz desconforto, inclusive para a própria esquerda. O segundo, Dan Mitrione, foi agente da CIA e seu nome ficou associado à repressão em Belo Horizonte, pois segundo consta ele teria ministrado cursos aos policiais mineiros. Contudo, Rodrigo Patto Sá Motta (2008) aponta que a atuação de Mitrione, em Belo Horizonte, foi entre 1960 e 1962, ou seja, antes mesmo do golpe. O agente voltou para os Estados Unidos, mas anos mais tarde foi mandado para o Uruguai, onde também vigorava uma ditadura. Nesse país, Mitrione foi sequestrado pelo grupo guerrilheiro dos tupamaros e morto em 1970. Na década de 1970, o agente da CIA foi homenageado, tendo seu nome batizado uma rua do bairro das Indústrias em Belo Horizonte. Com o fim da ditadura, a rua foi renomeada de José Carlos da Mata Machado, militante assassinado pela repressão em 1973, em Recife. De toda forma, marcar o nome de Dan Mitrione é recuperar a memória de dois eventos; um, diz respeito ao fato de que em Belo Horizonte, durante a ditadura teve uma rua cujo nome homenageava o agente da CIA e, o outro, é o apoio dos Estados Unidos aos golpes e às ditaduras no Cone Sul.

Os idealizadores do projeto ainda nos contaram sobre a preocupação acerca da forma como o guia seria recebido. É bom lembrar que o contexto era delicado no Brasil, com um cenário marcado por polarizações ideológicas de grandes proporções. Era ano de eleições para os cargos de presidente, governador, senador, deputado estadual e federal. Essa seria inclusive uma das razões para evitarem nomes de vítimas e agentes da repressão, segundo eles. Tendo em vista que a memória da ditadura no Brasil ainda causa incômodos em diversos setores da sociedade.

Um ponto a ser observado é que o guia ao marcar os lugares, não se preocupou com a existência física deles. Alguns dos espaços não existem mais, ou seja, só há a referência da memória, sem uma ancoragem material como é o caso das sedes dos jornais O Binômio, Em Tempo, De Fato, Jornal Movimento, da editora e livraria Aldeia Global que funcionava no Edifício Maletta e do Diretório Central dos Estudantes da UFMG que passou do centro para o Campus da Universidade na região da Pampulha.

Outra coisa interessante de se analisar é a multiplicidade de memórias relacionadas a esses espaços. Fizemos as visitas com o objetivo de conhecer a memória da resistência e da repressão existentes nesses lugares e nos deparamos com memórias múltiplas, de quem frequenta o lugar, de quem trabalha, formando assim, camadas de memórias, esquecimentos e silêncios.

Não há uma memória única; mesmo quando se busca construir uma, vozes dissonantes em algum momento aparecem. Isso faz da memória um campo de disputas, onde o embate entre o que lembrar e o que esquecer está sempre presente. A memória não nos proporciona reconstituir o passado fielmente, mas reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos a ele, questões que dizem mais da nossa perspectiva presente que do próprio passado (Gondar, 2005). Nesse sentido, a memória pode ser compreendida como um enquadramento do passado e não como um conteúdo do passado; isto é, a memória é um projeto de reconstrução do passado sempre atualizado pelos termos do presente (Candau, 2014). A memória é um objeto

plural, sensível a cenas e censuras, aberto à dinâmica da lembrança e do esquecimento; e, sendo assim, sujeito a todo tipo de manipulação (Pollak, 1989; Le Goff, 1992; Nora, 1993).

Para Pierre Nora (1993) a memória precisa de lugares que podem ser materiais, simbólicos ou funcionais para sua fixação, pois ela está sempre em movimento nas vivências cotidianas. O argumento de Nora dialoga com o pensamento de Halbwachs (1990) quando afirma que a memória coletiva existe em um quadro espacial, pois ele é uma realidade que dura, enquanto nossas sensações se sucedem uma à outra e nada se mantém em nosso espírito. Ou seja, é na interação que estabelecemos com o espaço que, a cada momento, reconstruímos o passado e alimentamos nossas lembranças.

E ainda, mesmo que se queira como aponta Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003: 15) cristalizar na pedra ou na ruína preservada não há nenhuma garantia de que o sentido do lugar se mantenha inalterado no tempo e para diferentes atores. Sempre fica em aberto, sujeito a novas interpretações e ressignificações, outras apropriações, a esquecimentos e silêncios, a uma incorporação rotineira ou ainda indiferente no espaço cotidiano, num futuro aberto para novas enunciações e novos sentidos. Além disso, como argumentou Huyssen (2000), a pedra dos monumentos está sempre sobre areia movediça. Portanto, e acompanhando o pensamento de Huyssen, não há garantia para a permanência da memória cristalizada na pedra, pois ela pode ser demolida, em tempo de revoluções ou em função da especulação imobiliária; ou, simplesmente, ter seus significados erodidos pela ação do tempo.

Pensando nessas questões, começamos o roteiro pela Igreja São José, situada no centro de Belo Horizonte, cuja história tem grande importância para a cidade por ter sido a primeira igreja planejada e construída ainda nos primeiros anos do século XX, na recém-inaugurada capital de Minas Gerais. Centenas de pessoas passam por essa igreja todos os dias que está sempre com suas portas abertas. Em meio a memórias familiares de batizados, casamentos, memórias de fé por causas alcançadas, repousa na Igreja São José também uma memória política. Foi indicada no guia por ter sido abrigo de muitos estudantes fugidos da perseguição da polícia em passeatas no centro da cidade. Essa memória é reiterada nas narrativas de ex-militantes.

Na própria igreja essa memória tem certa importância. Ao mostrarmos o guia ao atendente da loja de produtos religiosos, local que dá acesso à casa paroquial e por onde passam muitos visitantes. Ele, apesar de não conhecer o guia e do material não ter sido entregue na igreja, nos contou que já tinha ouvido falar sobre a ajuda que a igreja deu aos perseguidos políticos e que os padres conservam, ainda hoje, fotografias desse período na casa paroquial. No guia, a igreja figura junto à Praça Sete, principal local de manifestações estudantis durante a ditadura e ainda nos dias de hoje. Outra praça citada é a Praça da Rodoviária, palco das manifestações pelas “Diretas Já!”, em 1984.

Outros dois lugares ligados à Igreja Católica e que também relacionam-se à memória da resistência são: a Igreja São Francisco das Chagas, no bairro Carlos Prates, que abrigou estudantes após invasão da União Estadual dos Estudantes de Belo Horizonte e o Convento dos Frades Dominicanos, no bairro Serra, sendo que alguns de seus membros atuaram na resistência à ditadura, dando cobertura aos militantes da Ação Libertadora Nacional, liderada por Carlos Marighella e, por isso, foram presos e torturados.

Da igreja seguimos para o Edifício Acaiaca, em frente. Construído em 1943, o edifício comercial, de vinte e seis andares, localiza-se na av. Afonso Pena, principal avenida do centro de Belo Horizonte. Duas faces indígenas, esculpidas na fachada, o distingue dos demais edifícios da região. O prédio, além de salas comerciais abrigou um dos cinemas mais conhecidos da capital, boate, também foi sede da extinta TV Itacolomi e foi espaço de articulação política. O 11º andar foi local de reuniões dos membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Formado por empresários e membros do exército, o Ipes, segundo Heloísa Starling (1986) tornou-se a principal sede da conspiração que levou ao golpe de 1964.

Além disso, o prédio também abrigou a Liga da Mulher Democrata, a Limde, associação que aglutinava mulheres da elite contra o avanço comunista.

No edifício, conversamos com: a vigia, o responsável pelo edifício e o síndico. Nenhum deles tinha conhecimento do guia e também disseram não terem recebido exemplares do mesmo. O síndico, um idoso, entretanto nos sugeriu procurar o responsável pelo Sindicato das Indústrias de Tecelagem e Fiação que é exatamente o sindicato que abrigou as reuniões do Ipes, no 11º andar. Não conseguimos falar com ele, mas de toda forma essa indicação sugere que de alguma forma essa memória, ainda que para poucas pessoas, está presente no edifício.

Do Acaiaca fomos ao Teatro da Imprensa Oficial. Conhecido pela geração de 1960 e 1970 por promover “festivais de cinema do realismo socialista, soviético, checo, polonês e cubano” (Guia, 2014: s/p), foi rebatizado de Teatro Clara Nunes. Fechado em 2009, devido à falta de acessibilidade e segurança para o público, não foi reaberto. Nada do lado de fora possibilita identificar o que funcionou naquele espaço.

Outro teatro indicado no guia é o da Associação Mineira de Imprensa (AMI), lembrado por ser local onde “leituras dramáticas de peças proibidas pela censura reuniam artistas, jornalistas, intelectuais e estudantes nos anos 1970” (Guia, 2014: s/p).

Dali, caminhamos até o Edifício Arcangelo Maletta, conhecido na capital apenas como Maletta. Localizado na esquina da rua da Bahia com av. Augusto de Lima, o edifício residencial e comercial foi construído em 1957. No Maletta funcionou a editora e livraria Aldeia Global pertencente ao Partido Comunista e que “editava clandestinamente livros de história e teoria marxista” (Guia, 2014: s/p), sendo, por isso, invadida algumas vezes pela polícia. Nela também funcionou um aparelho do partido. A Aldeia Global não existe mais, e não há referências de memória da sua existência no espaço onde ela funcionou. Donos de editoras e sebos na sobreloja, ao serem perguntados, disseram não conhecer a referida editora e livraria.

Além disso, o Maletta, devido à concentração de bares e boates tornou-se um espaço de boemia e política em Belo Horizonte e alvo de constantes batidas policiais no período da ditadura. Frequentado por artistas, intelectuais, comunistas, prostitutas e pelo público LGBT, o Maletta logo despertou a atenção da polícia, movida pelas reclamações do lado residencial, chegando a ser implantado um setor policial dentro do prédio (Morando, 2014). Contudo, apesar desse outro lado da história do edifício Maletta que para determinados grupos está ligada à repressão, no guia e na memória de grande parte daqueles que viveram no período, o que ficou é o Maletta como lugar de resistência.

Em nosso segundo dia de roteiro, começamos pelo Monumento aos mineiros mortos pela ditadura. Instalado em 2013, no canteiro central da av. Afonso Pena, em frente ao antigo prédio do Dops, o monumento é em aço soldado e faz uma referência à bandeira do Brasil. No retângulo da bandeira, está a lista dos mineiros, com o nome completo, a idade e a condição de morto ou desaparecido pela ditadura. No centro, há um losango vazado de onde podemos visualizar o prédio do Dops. Em vermelho a frase “Aos que lutaram pela liberdade”. Pouco tempo depois de sua inauguração, o monumento encontra-se degradado, há presença de cacos de vidro e lixo no seu entorno e algumas letras da frase que o compõe foram arrancadas.

Seguimos para o Dops, onde atualmente funciona o Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil. Fomos atendidos por dois policiais e um inspetor. Um deles folheou o guia com interesse, chegando a perguntar se não tínhamos mais, pois queria levar para mostrar a filha. O outro sabia que o prédio era tombado⁴ e fez questão de ressaltar que o antigo Dops já tinha saído daquele prédio há sete anos, mas que eles haviam herdado a fama ruim dos antigos usuários do prédio, afinal “eles torturavam e nós ficamos com a fama ruim”, e completou “Nós não temos nada com isso”. O inspetor também fez esse comentário “nós

⁴ Instrumento jurídico pelo qual o poder executivo reconhece uma referência cultural como patrimônio cultural.

não temos nada com isso” e acrescentou: “quem reprimia eram os militares e traziam pra cá, porque tínhamos a carceragem, chegavam aqui dizendo: ‘vim ver meu preso pra pegar informações’. O que a gente ia fazer? A gente também podia ser preso se não obedecesse”.

O discurso de que estavam cumprindo ordens fica evidente na fala do inspetor. E esse discurso, mesmo passado tantos anos desde o fim da ditadura é ainda usado reiteradamente para justificar a tortura, as mortes e os desaparecimentos de pessoas. O mais interessante dessas falas é que partem de pessoas que não eram policiais no período da ditadura, um dos policiais e o inspetor entraram para a corporação em 1986, um ano depois do fim da ditadura e da eleição do presidente civil. Quando ele afirma que quando chegou à polícia tudo funcionava do mesmo jeito, a estrutura ainda estava montada. E que as mudanças só vieram com a Constituição de 1988. Teoricamente eles não deveriam precisar de um discurso justificador, pois não estavam lá, não foram eles, pessoas físicas, que torturaram, mataram e desapareceram com os corpos, mas como fazem parte da instituição é como se eles carregassem consigo essa memória incômoda. Outra coisa percebida nessas falas é a necessidade de distanciamento.

Sobre o antigo prédio do Dops vale dizer que seu tombamento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, em 2013. Nas “Considerações sobre o mérito da proteção” do Dossiê de Tombamento antigo prédio do Dops (2013, p.105) consta que a preservação da edificação reside na necessidade de transformá-lo em um Lugar de Memória “contribuindo para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, além de promover uma reparação simbólica às vítimas de tortura”.

Nessa época, algumas propostas de ocupação e uso para o prédio foram feitas, como transformá-lo em um centro de direitos humanos ou centro de memória. Entretanto, continua desde então, sendo utilizado pela polícia. E, em 2014, foi apresentado pedido de tombamento em nível estadual pela Associação de Amigos do Memorial da Anistia (Aama) e pelo Ministério Público Federal junto à Secretaria de Estado da Cultura e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG).



Fachada do antigo prédio do Dops.
Foto: Carolina Dellamore

Nesse prédio ficaram presas e foram torturadas centenas de pessoas durante a ditadura militar, dentre elas, a presidenta do Brasil Dilma Rousseff, o governador de Minas Gerais Fernando Pimentel e o prefeito de Belo Horizonte Márcio Lacerda. Emely Vieira Salazar, atual integrante da Comissão da Verdade em Minas Gerais, também passou por lá, e sua entrevista para a elaboração do Dossiê de Tombamento do antigo prédio do Dops foi fundamental para reconstituir detalhes de como era a organização e a divisão interna da

edificação nesse período. Incluindo locais que eram usadas para tortura e que foram descaracterizados e desativados e que só puderam ser conhecidos por meio da memória de pessoas que vivenciam uma situação-limite no interior do Dops. Por isso, a importância da manutenção e patrimonialização de espaços como esse. Pois, o lugar, é o sítio onde o acontecimento ocorre, se configura, marca e afeta. A memória, assim, requer um lugar onde acontecer (...) (Sztulwarko (2005: 3).

Além do Dops, o guia também cita a Delegacia Furtos e Roubos, localizada no bairro Floresta. O prédio foi desativado e transferido para o bairro Barro Preto, em 1985. Isso se deu, por meio de uma ação do Ministério Público, diante de denúncias de violação de direitos humanos, tanto de presos políticos quanto de presos comuns. Foi também identificado um centro clandestino de triagem, local para onde os presos eram levados temporariamente sem que ninguém soubesse de seu paradeiro, até serem transferidos para delegacias e presídios. Em depoimento de presos políticos consta que muitos foram levados para esses locais nos quais eram interrogados e torturados. Entretanto, há uma dificuldade de identificação desses espaços, tendo em vista que eles eram levados encapuzados. Por último, no que se refere à memória da repressão, consta no guia mais dois espaços: o Quartel do 12º Regimento de infantaria, indicado como local de prisão ilegal e torturas e a Escola Estadual Pandiá Calógeras, ponto de recrutamento de voluntários a favor do golpe civil-militar.

Em contraposição ao Pandiá, lugar de memória da repressão, está o Colégio Estadual Governador Milton Campos, ou Estadual Central, como é chamado na capital, responsável, segundo o Guia (2014), pela formação de várias lideranças estudantis que, posteriormente, se engajaram em organizações de esquerda e, por isso, é considerado lugar de memória da resistência. Contudo, apesar de acionarem, na publicação, memórias opostas, uma coisa aproxima esses dois lugares, ambos os colégios localizam-se em bairros “nobres” de Belo Horizonte e naquela época era onde estudavam a elite belo-horizontina. Cabe ainda uma problematização acerca desses lugares: com o passar dos anos, diante de mudanças físicas nos prédios, no perfil sócio-econômico dos estudantes e dos profissionais que trabalham nessas instituições outras memórias agregaram-se a esses locais. Nesse sentido, qual o lugar da memória da resistência e/ou repressão nesses espaços?

Visitamos também a Faculdade de Medicina da UFMG. Alguns alunos e funcionários dessa faculdade eram militantes de organizações revolucionárias como a Polop (Político Operária) e o Colina (Comando de Libertação Nacional) e foram expulsos da Universidade, como o laboratorista Irany Campos e os alunos Herbert “Daniel” e Angelo Pezzuti, dentre outros. Além disso, em 1977, a faculdade mais uma vez ganhou repercussão pela tentativa de realização do Encontro Nacional dos Estudantes. Nessa ocasião, o exército ocupou a faculdade e vários estudantes foram presos e o congresso não se realizou. No Centro de Memória dessa Faculdade, um cartaz da repressão com as fotos de alunos da Faculdade sob o título: “Terroristas procurados” foi emoldurado e pendurado na parede. Há nesse espaço, a valorização dessa memória da esquerda revolucionária.

Outros espaços com esse mesmo perfil listados no guia são: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Fafich e o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais. Nota-se nessa forte presença da UFMG a ausência da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, outra universidade localizada em Belo Horizonte. Sabe-se que muitos estudantes dessa universidade também atuaram no movimento estudantil à época e engajaram-se em organizações revolucionárias⁵.

Passamos pelo Teatro Marília onde também funcionou a Galeria Guignard e o bar *Stage Door* citados no guia como lugares de encontro de artistas e intelectuais, sendo que os dois últimos não funcionam mais. Seguimos para a Casa do Jornalista, onde também funciona

⁵ O curso de Serviço Social da PUC, por exemplo, abrigou diversas mulheres militantes da Ação Popular (AP).

o sindicato dessa categoria. Na placa de identificação uma homenagem a Edgar de Godoy da Mata Machado, importante jornalista e jurista mineiro, cujo filho, José Carlos da Mata Machado foi assassinado pela ditadura militar. Nessa casa, há cartazes emoldurados na parede que fazem referência à anistia e a importância do voto.

Outra coisa que pode ser observada é que a memória sobre esse período é sempre de outra pessoa. Tanto na Faculdade de Medicina quanto no Sindicato dos Jornalistas, as pessoas que nos atenderam foram prontamente nos indicando outras pessoas que atuaram no período para que pudéssemos conversar. Elas, ao contrário da proposta do guia, não pareciam relacionar o espaço em que trabalham a um espaço de resistência à ditadura militar.

Fomos também à sede da União Estadual de Estantes (UEE), indicado no guia junto ao Diretório Central dos Estudantes da UFMG. O primeiro espaço, uma casa no centro da cidade, estava fechado e não há nada em sua fachada que identifique que ainda funciona a UEE nessa edificação. O segundo espaço funcionava na av. Afonso Pena na década de 1960, mas foi transferido para o Campus da Pampulha anos depois.

Fechamos o roteiro com a visita ao Minascentro, onde funcionou por muitos anos a Secretaria de Saúde de Belo Horizonte e cujo auditório foi palco de um conflito entre pessoas que apoiavam o presidente João Goulart e indivíduos contrários a ele. A briga ocorreu em função da visita do deputado federal Leonel Brizola a Belo Horizonte, um dos principais articuladores das reformas de base. Não conseguimos visitar o antigo auditório, transformado no Teatro Topázio, pois estava acontecendo um evento. A recepcionista, a despeito dessa memória de resistência, nos contou sobre suas próprias memórias acerca desse prédio e do auditório. Para ela, a edificação a remete à sua infância, das vezes que foi tomar vacina na Secretaria de Saúde com os irmãos, da formatura da escola e da apresentação da peça *Bela Adormecida* no auditório. Suas memórias nada têm a ver com a memória da resistência à ditadura militar.

O relato da recepcionista demonstra que várias memórias podem habitar um mesmo espaço. Assim, se por um lado a razão de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o esquecimento, fixar um estado de coisas, materializar o imaterial, por outro, esses mesmos lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose (Nora, 1993:22). O autor reconhece aqui que o mesmo lugar de memória que busca parar o tempo e fixar as coisas, é aberto às constantes transformações e ressignificações.

Nenhum dos espaços que visitamos recebeu o Guia “Memórias da Resistência” e as pessoas com quem conversamos não sabiam do que se tratava. Além disso, não foi feito um trabalho de marcar esses espaços para que no momento de uma visitação, o cidadão ou turista pudessem entender o processo de transformação daquele espaço em um lugar de memória. Como aponta Jelin e Langland (2003:3) um espaço físico adquire e reafirma sentidos e quando em um sítio acontecem eventos importantes, o que antes era um mero espaço físico ou geográfico se transforma em um lugar com significados particulares, carregado de sentidos e sentimentos para os sujeitos que o viveram.

Contudo, para além dessa análise de Jelin e Langland consideramos que desafio é transformar esses espaços em lugares de memórias para outros sujeitos que não somente aqueles que viveram esses locais no contexto da ditadura militar. Como fazer com que essas memórias tenham ressonância em outros indivíduos e não fiquem circunscritas ao pequeno círculo de pessoas que tenham relação direta com o tema da ditadura.

O guia talvez diga mais dos “empreendedores de memória”, ou seja, daqueles que o elaborou e sobre suas próprias memórias acerca da resistência e da repressão. Nesse sentido, por mais que busque oficializar determinadas lembranças quando se produz esse tipo de material, há sempre algo que escapa. Pois as memórias são múltiplas e muito mais complexas e estabelecem relações diversas e muitas vezes ambíguas com os espaços.

Outro ponto a ser considerado é que a memória que consta no guia é a memória de estudantes e intelectuais. Os sindicatos que constam no material são: o dos jornalistas e dos médicos. Sendo assim, alguns silêncios se fazem notórios. Onde está a memória operária no guia “Memórias da resistência”? O Sindicato dos Metalúrgicos, por exemplo, com sua sede na rua da Bahia, no centro de Belo Horizonte, organizador da primeira e maior greve operária no Brasil durante a ditadura militar não consta no material. Os demais sindicatos, como o dos trabalhadores tecelões e dos marceneiros que tiveram suas sedes invadidas e dirigentes perseguidos também não figuram no guia.

Diante disso, entender o lugar de memória como um espaço geocultural ou simbólico não é suficiente se não se leva em conta a enunciação, ou seja, o horizonte ideológico e político ou a “agenda” política a partir de onde se constrói a enunciação (Achugar, 2006:181). Dessa forma, marcar espaços, produzir lugares de memória, construir monumentos, “enquanto materialização da memória é um dos campos de batalha em que os diferentes sujeitos combatem pela construção de seu projeto em função de suas particulares memórias” (Achugar, 2006:183). Mais do que ver e analisar esses lugares de memória como uma mensagem unívoca e produtora de consensos o que se evidencia é uma cenário de lutas de sentidos e significados, onde poder, resistência, lembrança, esquecimento e silêncio estão sempre presentes, construindo inclusões e exclusões a partir daqueles que falam e de que se falam.

Referências Bibliográficas

Achugar, Hugo 2006 *Planetas sem boca* (Belo Horizonte: Editora UFMG).

BELO HORIZONTE. Fundação Municipal de Cultura. *Dossiê de tombamento do edifício do antigo Dops*. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio Cultural, 2013. 108f.

BELO HORIZONTE. Empresa de Turismo de Belo Horizonte (Belotur). *Guia Memórias de resistência - lugares de repressão e de luta contra a Ditadura Militar de 1964-1985*, em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Belotur, 2014.

Candau, Joël 2014 (2011) *Memória e identidade* (São Paulo: Contexto).

Gonçalves, José Reginaldo Santos 2007 *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios* (Rio de Janeiro: IPHAN)

Gondar, Jô 2005 “Quatro proposições sobre memória social” em Dodebei, Vera e Gondar, Jô. (Orgs) *O que é memória social?* (Rio de Janeiro: Contra Capa e PPGMS/UniRio).

Halbwachs, Maurice 1990 *A memória coletiva* (São Paulo: Vértice).

Huysen, Andreas 2004 (2000) *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia* (Rio de Janeiro: Aeroplano)

Jelin, Elizabeth 2002 “Introducción” em Jelin, Elizabeth (comp.) *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”* (Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council).

Jelin, Elizabeth e Langland, Victoria 2003 “Introducción: las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente” em Jelin, Elizabeth e Langland, Victoria (Comps) *Monumentos*,

memoriales y marcas territoriales (Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council).

Le Goff, Jacques (1990) 1992 “Memória” em *História e Memória* (Campinas: Editora UNICAMP).

Morando, Luiz 2014 “Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)” em Green, James N. e Quinalha, Renan (Orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade* (São Carlos: EdufScar).

Motta, Rodrigo Patto Sá 2008 “O Instrutor” em *Revista de história da biblioteca nacional*, (Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-instrutor>. Acesso em 31 de jul. 2015.

Nora, Pierre 1993 “Entre memória e história: a problemática dos lugares” em *Projeto História* (São Paulo) Vol. 10, Nº10.

Pollak, Michael 1989 “Memória, Esquecimento, Silêncio” em *Revista Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) Vol.2, Nº3.

Starling, Heloisa Maria Murgel 1986 *Os senhores das gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964* (Petrópolis: Vozes).

Sztulwark, Pablo 2005 “Ciudad Memoria, Monumento, lugar y situación urbana” em *Otra mirada* (Argentina). Disponível em: http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/materiales_lectura.html. Acesso em 25 de jul. 2015.